

ASSESSORIA POPULAR E FORTALECIMENTO DO PODER LOCAL ¹

Alessandra Silva Cavalcanti e Janary José dos Santos²

1. INTRODUÇÃO

A construção deste trabalho se originou dos questionamentos que emergiram na elaboração do ensaio “A Assessoria Popular na Perspectiva do Projeto de Assessoria Jurídica- PAJ”, trabalho apresentado na II Semana de Mobilização Científica – SEMOC, promovida pela UCSal em 1999, enfocando os aspectos gerais da assessoria popular e a experiência de estágio.

A produção do conhecimento como elemento importante na prática da assessoria popular volta-se para as experiências desenvolvidas. Este trabalho é, portanto, resultado de um processo de reflexão sobre a inserção das autoras na experiência de assessoria popular, pretendendo suscitar novas discussões, construir novos conhecimentos, buscando estratégias de ação que possam fortalecer as organizações populares na defesa dos direitos que vêm tão duramente sendo desrespeitados.

Dessa forma, o tema abordado constituiu-se em um desafio pela sutileza e complexidade que perpassa o processo de construção da cidadania e exercício de direitos nas classes populares, embricadas em relações dialéticas.

A assessoria popular, na tentativa de potencializar a luta coletiva e instrumentalizar os assessorados, torna-se vulnerável ao ritmo da comunidade e ao próprio contexto histórico-social. Isto porque, para que haja cidadania são necessários democratização, acesso à informação e consciência política, assim como a participação dos sujeitos envolvidos no processo.

No entanto, como mobilizar pessoas que vivem em extrema situação de pobreza, excluídas dos seus direitos básicos, desesperançosas, impregnadas por uma cultura clientelista e paternalista? Que tipo de poder pode ser centralizado ou distribuído?

Nesta perspectiva, levantou-se o seguinte problema: a assessoria popular vem contribuindo para o fortalecimento do poder local? Este problema orientou a construção da hipótese: a assessoria popular contribui para o fortalecimento do poder local, na medida em que vem construindo mediações e articulações entre os micro, meso e macro-espços sociais de tomada de decisões e encaminhamento de lutas.

2. METODOLOGIA

Para orientar a construção deste estudo, foram estabelecidos procedimentos metodológicos, entre os quais destacam-se revisão bibliográfica e coleta de dados a partir da experiência de estágio e sua documentação em caderno de campo e relatórios das reuniões técnicas e comunitárias.

3. CONCLUSÃO

A experiência de estágio e a elaboração teórica sobre o tema evidenciaram que a construção da cidadania é permeada por fluxos e refluxos. É um espaço no qual novas formas de pensar e gerir o espaço urbano convivem com as velhas formas de pensar esse mesmo espaço.

¹ Trabalho de conclusão do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Católica do Salvador – UCSal, realizado sob a orientação da Professora Osvalnice Seixas Romani.

² Assistentes sociais egressas da Universidade Católica do Salvador – UCSal. alecavalcanti@ig.com.br; janry@ig.com.br.

O direito à cidade significa muito mais do que possuir uma habitação. É também, ter acesso a bens e serviços, assim como à discussão e decisão da aplicação dos recursos públicos, para que se possa atender às reais necessidades da população. Porém, falar de gestão democrática em Salvador é falar de um ideal que não será concretizado, enquanto o atual grupo político permanecer no poder.

Diante desta realidade, os segmentos populares que têm a democracia por filosofia pensam colocar em prática esses ideais no espaço comunitário. Constróem modelos de associações nas quais os moradores são considerados cidadãos com direito de voto e voz, buscam a transparência das suas ações, utilizando a participação popular como forma de chamar a atenção para a luta e, conseqüentemente, aglutinar forças sociais para a conquista do direito de moradia e melhores condições de habitabilidade. A articulação com outras comunidades que vivenciam problemas similares constitui-se um dos mecanismos de fortalecimento do poder local.

Nesse processo, a presença dos agentes externos é fundamental, pois estimula a organização dos grupos sociais, colaborando no entendimento das relações estabelecidas. Sem a presença desses agentes, sejam eles universidades, ONGs, Igreja, muitos desses grupos não teriam avançado na luta para efetivação de direitos, pois, nos momentos de refluxos, a assessoria desempenha papel importante no que se refere à avaliação para que se possa traçar novas ações conjuntas, animar a comunidade, refletindo sobre as conquistas já obtidas para definir novos rumos.

A experiência aqui relatada analisa as relações estabelecidas, confirmando a hipótese de que a assessoria popular vem contribuindo para fortalecer o poder local na medida em que tem construído mediações e articulações entre os micro, meso e macro-espacos ecológicos e sociais de tomada de decisões e encaminhamento de lutas.

A prática do PAJ demonstra que a presença da assessoria foi fundamental, tanto no fomento ao processo organizativo da comunidade, baseado em relações democráticas, quanto nos momentos críticos como, por exemplo, o leilão dos terrenos e, agora, com a negociação do projeto de urbanização. Sem uma associação que estivesse fortalecida, comprometida com os reais interesses coletivos, provavelmente não permaneceriam no Costa Azul, pois não teriam organização política nem direção social suficiente para medir forças com o poder público.

No entanto, registramos aqui a dificuldade da Associação de Moradores Santa Rosa de Lima – apesar de legitimada pelos moradores – em conseguir mobilizá-los. As questões individuais sempre aparecem como prioritárias. Mas, acreditando que são nas relações que se constróem a identidade e elaboram-se as representações, o trabalho realizado vem se comprometendo com a melhoria da qualidade de vida expressa no discurso, ações, e na embrionária consciência política de uma parcela dos moradores que lentamente está se envolvendo na luta pela efetivação e garantia dos seus direitos.

Esse fortalecimento advém da experiência democrática e das mediações com os micro-espacos de atuação, quais sejam: reuniões comunitárias, grupo de mulheres, grupo de teatro, alfabetização de adultos, grupos de futebol, etc. A prática de tornar visíveis as ações e descentralizar todas as decisões fomenta a consciência de uma nova cultura política na qual a participação é um dos elementos indispensáveis.